

# PELA PERTURBAÇÃO DE SI: ARTICULAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E TEORIA QUEER

■ ISABELA VACARO

 <https://orcid.org/0000-0003-3513-057X>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

■ SANDRA DJAMBOLAKDJIAN TOROSSIAN

 <https://orcid.org/0000-0002-9189-6994>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

■ DANIEL BOIANOVSKY KVELLER

 <https://orcid.org/0000-0001-9158-0220>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## RESUMO

A presente pesquisa constitui uma reflexão sobre a noção de identidade para as teorias queer e psicanalítica, tomando como método a autoteoria, escrita ficcional que justapõe episódios de vida e construções teóricas. Buscamos, por meio desta investigação, explorar – mas sem encerrar – o seguinte problema de pesquisa: “Quais são os caminhos pelos quais as teorias queer e psicanalítica colocam em movimento o debate sobre a noção de identidade?”. Para tanto, propomos uma aventura pelas incursões psicanalíticas ao redor do termo identidade e pelo conceito butleriano de performatividade no que se refere às categorias de gênero, identidade e sujeito. Por fim, discutimos como possibilidade de interlocução entre ambas as teorias pesquisadas as proposições de J. L. Austin em relação os atos de fala, apostando na ideia de que psicanálise e teoria queer oferecem alternativas para, no lugar de abandonar a noção identidade, estranhá-la e transmutá-la, propondo uma perspectiva que não a considere enquanto fixa e imutável, mas enquanto múltipla, transitória e irreverente.

**Palavras-chave:** Identidade. Psicanálise. Teoria queer.

## ABSTRACT

### DISTURBING ONESELF: ARTICULATIONS BETWEEN PSYCHOANALYSIS AND QUEER THEORY

The present research constitutes a reflection on the concept of identity within queer and psychoanalytic theories, employing autothe-

ory as a method — a fictional writing that juxtaposes life episodes and theoretical constructions. Through this investigation, we seek to explore — without conclusively closing — the following research question: “What paths do queer and psychoanalytic theories take to set in motion the debate on the notion of identity?”. To this end, we propose an adventure through psychoanalytic inquiries around the term “identity” and the Butlerian concept of performativity concerning gender, identity, and subject categories. Finally, we discuss the potential for dialogue between both researched theories through J. L. Austin’s propositions regarding speech acts, advocating the idea that psychoanalysis and queer theory offer alternatives to, instead of abandoning the concept of identity, making it strange and transmuting it. This suggests a perspective that does not consider identity as fixed and immutable but as multiple, transient, and irreverent.

**Keywords:** Identity. Psychoanalysis. Queer Theory.

## RESUMEN

### POR LA PERTURBACIÓN DE SÍ MISMO: ARTICULACIONES ENTRE PSICOANÁLISIS Y TEORÍA QUEER

La presente investigación constituye una reflexión sobre la noción de identidad en las teorías queer y psicoanalítica, utilizando la autoteoría como método, una escritura ficticia que yuxtapone episodios de vida y construcciones teóricas. A través de esta investigación, buscamos explorar, sin cerrar, el siguiente problema de investigación: “¿Cuáles son los caminos por los cuales las teorías queer y psicoanalítica ponen en movimiento el debate sobre la noción de identidad?”. Para ello, proponemos una aventura a través de incursiones psicoanalíticas alrededor del término identidad y en el concepto butleriano de performatividad en relación con las categorías de género, identidad y sujeto. Finalmente, discutimos las propuestas de J. L. Austin en relación con los actos de habla como posibilidad de interlocución entre ambas teorías investigadas, apostando por la idea de que el psicoanálisis y la teoría queer ofrecen alternativas para, en lugar de abandonar la noción de identidad, extrañarla y transmutarla, proponiendo una perspectiva que no la considere como fija e inmutable, sino como múltiple, transitoria e irreverente.

**Palabras clave:** Identidad. Psicoanálisis. Teoría queer.

## Uma intrusa muito bem-vinda

Em uma tarde fria e impiedosa de julho, decido<sup>1</sup> estilizar meu corpo - no sentido mais literal da palavra - por meio de duas tatuagens. O artista procura me distrair da dor com conversas estimulantes cujos tópicos eu, como boa tagarela, ajudava a elencar. Trocamos verbos, frases, interjeições sobre o cafézinho, a história do estúdio, tatuadores diversos e, finalmente, estudos. Revelo ser estudante de psicologia e estar iniciando o TCC, ao que ele comenta sobre seu próprio trabalho de conclusão em artes visuais, que abordou o tema da masculinidade por meio de uma história em quadrinhos. Foi essa a ponte que nos trouxe rapidamente ao inquietante terreno do gênero e sexualidade.

Terreno esse que não possui cercas tão definidas, tampouco uma proprietária para reivindicar sua escritura. Era de se esperar que, depois de tanto tempo, algumas das ideias que o habitavam pudessem entrar com um pedido de usucapião... mas o processo não é tão simples quando se trata de um terreno em disputa - característica não necessariamente negativa.

Interessado pela teoria queer, ele fazia perguntas que me estimulavam a seguir falando sobre o tema, além de relacioná-lo com seus próprios estudos sobre masculinidade. Puxei, então, o assunto sobre a noção de identidade, relatando a forma como tanto a psicanálise quanto a teoria queer - embora de diferentes formas - desconstruíram a identidade enquanto essência, interioridade natural fixa e estável. Falei sobre como Butler, em especial, apontava para o caráter construído e performativo das identidades de gênero, ressaltando que o gênero não é algo que simplesmente "somos".

<sup>1</sup> O uso da primeira pessoa se refere à primeira autora do artigo, cujas experiências pessoais inspiraram o presente artigo. As passagens em terceira pessoa, por sua vez, referem-se às reflexões construídas em conjunto com as(os) demais autoras(es), as(os) quais orientaram a pesquisa.

Nesse momento, fui interpelada com uma reflexão que, desde então, não sai da minha cabeça. O artista indagou-me: "Mas a identidade é bastante importante para muitas pessoas LGBTI+, não? Faz parte da história delas, da sua narrativa... Não sei se consigo ler ela como algo que não sou".

Em resposta à sua indagação, naquele momento de meu estudo - ainda incipiente - consegui apenas dar protagonismo ao *bzz bzz* da agulha, que parecia, comicamente, o som imaginário das minhas engrenagens funcionando na cabeça, movidas pelo combustível desse questionamento, que tomei como pergunta de pesquisa. Pergunta essa que, tal como a agulha, se tornaria dançarina indiscreta pelo meu pensamento em noites de insônia. Zombeteira, abelhuda, por vezes incrivelmente barulhenta, mas nunca inconveniente. Uma intrusa muito bem-vinda.

\* \* \*

Em conjunto com importantes episódios de vida, a conversa relatada acima forneceu o questionamento que impulsionou a presente pesquisa, a qual implica em uma aventura pelo terreno em disputa do gênero, sexo e sexualidade, em especial no que diz respeito à identidade. Buscamos, por meio desta investigação, explorar - mas sem encerrar - o seguinte problema de pesquisa: "Quais são os caminhos pelos quais as teorias queer e psicanalítica colocam em movimento o debate sobre a noção de identidade?".

Para tanto, aventuramos-nos por questionamentos como "O que é identidade? Existe sujeito? Há como conciliar psicanálise e teoria queer? A identidade tem importância, ainda que como ficção? Dizer que o gênero é performativo ou que a identidade de gênero não existe fora da linguagem equivale a dizer que ela não existe de uma vez por todas?".

Tais interrogações têm tirado nosso sono, transitando em espirais confusas de constatações, afirmações, negações, conciliações, recitações, rupturas e novas confusões. Carregando um espírito de abertura à dúvida, porém, pensamos que é precisamente ali onde se encontra maior inquietação, instabilidade e dúvida que exista maior potência para o pesquisar.

## Metodologias para deixar a porta entreaberta

O conceito de metodologia nos remete ao conjunto de processos que utilizamos para investigar o objeto de estudo de nossa investigação. Que processos são possíveis, entretanto, quando se pesquisa um objeto tão esguio, transitivo e instável – uma espécie de não-objeto? Que metodologias conversam com a psicanálise e a teoria queer, campos de estudo difíceis de conceituar e mais complexos ainda de investigar?

A psicanálise, por tratar de um sujeito que desafia a razão, implica modos de pesquisa que não podem ser sistematizados completa e exclusivamente (Iribarry, 2003). É um campo de (não) saber que, nas palavras de Filho et al. (2022, p. 94), “namora furo, barca furada, com zona erógena, não ‘verdades’ ou ‘conhecimentos assépticos’, embora estes últimos estejam mais ao lado da ciência, da consciência de luzes. Aqui, sujeira é normal.”. Sujeira da qual não pretendemos fugir ao longo deste trabalho, e que aparece enquanto aposta também para Favero (2022), cuja escrita dialoga com a psicanálise e com a teoria queer.

A teoria queer, assim como a psicanálise, pode proporcionar o exercício de questionarmos a necessidade de uma metodologia dura, clássica ou canônica, com fórmulas prontas (Oliveira, 2016). Discussões sobre metodologias queer têm surgido nos campos da educação e das ciências sociais. No entanto, não há,

com elas, a pretensão de criar um novo tipo de metodologia, mas antes ressaltar a singularidade, hibrididade e provisoriedade de qualquer investigação (León, 2012). O que se propõe é, nas palavras de Rocha e Dias (2022, p. 3), uma aposta na “amplitude de espaços, sujeites, fazeres, territórios que atuam na ampliação e criação de formas de vida”.

Não se trata de um abandono de método, mas de uma mudança em sua pretensão de alcançar a suposta verdade sobre o fenômeno pesquisado. Um investimento na potência do perambular, dos “caminhos de investigação que só existem como traços e experimentos errantes” (Oliveira, 2016). Palavras como brechas, rupturas, pistas, entremeios, ruídos, marcas, traços, rastros e frestas são utilizadas para descrever o percurso metodológico queer nos artigos que exploramos sobre o assunto (León, 2012; Oliveira, 2016; Rocha; Dias, 2022). Uma analogia que permite uma aproximação com essas ideias é aquela escrita por Sarah Salih (2012) na tentativa de elucidar a noção de gênero butleriana. Para Butler (2013), o gênero é algo que fazemos, mais do que somos. Ao longo dos anos, vamos repetindo atos, comportamentos, estilos que criam a ilusão do gênero como identidade fixa e estável, algo que sempre esteve ali.

No entanto, apesar do gênero ser construído, não temos total liberdade para romper com ele, dissolvê-lo completamente, pois vivemos em uma cultura que o impõe de tal forma que não somos ao menos reconhecidos como sujeitos se não estivermos atravessados de alguma forma por ele.

Por esse motivo, Salih (2012) evoca o gênero a partir de uma analogia que o compara com “a escolha de um traje num guarda-roupa preexistente”<sup>2</sup>. Os itens desse guarda-roupa

2 Salih (2012) toma a precaução de explicitar que esse tipo de comparação será refutada por Butler em obras posteriores a *Problemas de gênero*, mas que ela ainda pode servir para determinados propósitos.

seriam limitados pela cultura em que vivemos, de forma que a escolha desse traje não é inteiramente livre:

[...] não poderíamos simplesmente reinventar nosso guarda-roupa de gênero metafórico, tampouco adquirir um guarda-roupa inteiramente novo [...]. Em vez disso, teríamos de alterar as roupas que já temos para indicar que não as estamos usando de um modo “convencional” – rasgando-as ou pregando-lhes lanjoulas ou vestindo-as viradas ou do avesso. (SALIH, 2012, p. 72).

Para a autora, então, mesmo as formas de subversão de gênero são restritas. De forma semelhante, podemos pensar nos modos possíveis de subversão de um trabalho acadêmico. Precisamos produzir trabalhos como esse para exercermos uma profissão remunerada e socialmente reconhecida e precisamos que esse trabalho seja entregue sob um formato escrito, segundo normas de formatação específicas. Entretanto, estando no campo da psicologia, podemos escrever esse trabalho de forma mais ou menos não-convencional dentro do universo acadêmico, mas sem destituí-lo de validade.

Podemos usar uma linguagem mais íntima, trazendo histórias de vida e transitando entre a primeira e a terceira pessoa. Podemos nos dirigir mais diretamente a você, interlocutora. Podemos chamá-la de interlocutora no lugar de interlocutor, ou mesmo evitar substantivos e adjetivos binários, dirigindo-me a você, *pessoa* que está lendo meu texto. Podemos utilizar narrativas ficcionais como maneira de produzir conhecimento. Podemos ultrapassar limites rígidos entre disciplinas, campos de saber. Podemos priorizar a produção de perguntas como forma de pesquisa, não somente uma etapa dela, ficando com a pergunta, como sugere Haraway (2016). Sim, posso muitas coisas. Não podemos, entretanto, entregar uma maçã às revistas acadêmicas e chamá-la de significativa para nosso artigo.

Além disso, as condições de possibilidade para a escrita deste trabalho se relacionam com a concepção de pesquisa para a psicanálise e para a teoria queer. O que podemos ou não podemos fazer no escopo do texto é aquilo que, de certa forma, esses campos reconhecem como inteligível – o que é um paradoxo sempre presente no contexto da teoria queer, a qual desestabiliza categorias classificatórias.

As narrativas ficcionais são recursos possíveis e potentes no campo da psicanálise, por exemplo, o qual possui algumas semelhanças com a literatura. Nas palavras de Miodownik (2019, p. 182), “psicanálise e literatura são narrativas que expressam vivências corporais, sensoriais e emocionais, que se tornarão palavras e contarão histórias”. Entretanto, antes da constituição da psicanálise como campo, essa similaridade há muito se fazia valer pela existência do inconsciente nas narrativas humanas, já expressa por Lacan em sua famosa – e tantas vezes repetida – afirmação “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”.

Assim, de certa forma, o caráter ficcional é comum a todo discurso, tanto pela inadequação da linguagem quanto pela inexatidão da memória (Gerber; Zanotti, 2018). Quando escrevemos uma experiência pessoal, por exemplo, a ficção pode conferir coerência ao texto, traduzindo lembranças fragmentadas em uma narrativa transmissível – transformação já apontada como necessária por Freud, para quem a imprecisão dos relatos é permeada naturalmente por uma chave de leitura fantástica (Kehl; Fortes, 2019).

É dessa maneira que a ficção aparecerá ao longo deste texto: sob a forma de experiências pessoais. Inspiramo-nos, para tanto, na noção de *autoteoria*, termo já utilizado por autores(as) como Paul B. Preciado, Stacey Young e Maggie Nelson (Ruggieri, 2018) para designar uma escrita radicalmente pessoal e ao mesmo

tempo contaminada por pensadoras(es) de diversos campos de conhecimento.

Oliveira (2018) descreve a maneira como, em “Argonautas”, Nelson constrói um estilo de difícil categorização, em que costura memórias de vida com incursões pelas teorias feminista e queer, compondo uma espécie de autobiografia teórica. De maneira semelhante, Preciado, em “Testo Junkie”, produz simultaneamente um diário sobre a experiência de autoadministração de testosterona ilegal e o conjunto de reflexões teóricas que a envolvem.

Dessa forma, buscaremos, ao longo deste texto, apoiarmo-nos em acontecimentos íntimos, apostando na potência dos percursos próprios enquanto disparadores de discussões teóricas. Afinal, se ao longo deste trabalho estaremos questionando a tradição de pensamento ocidental europeu que opõe Eu e Outro, sujeito e objeto, razão e trevas, sujo e limpo (FAVERO, 2022), então nada mais justo do que borrar também as fronteiras entre aquele que conhece e aquele que se dá a conhecer, a partir de uma escrita incorporada, escrita de si que dá corpo e tratamento literário às próprias vivências, justapondo pesquisa teórica com experiências cotidianas (PIVA, 2023).

## Identidade: convite à sua desontologização

### *Identidade para a psicanálise*

Em uma tarde recheada de leituras e reflexões sobre nossa existência generificada, faço uma pausa e percebo estar cansada e com dor nas costas. Levanto e me olho no espelho – cena clássica, como em Alice no país das maravilhas, Mundo de Sofia, ou mesmo a cena que imaginamos ao ler sobre o estádio do espelho: o bebê se vendo refletido e ali reconhecendo a si pela primeira vez. Agora, já tendo passado

por esse estádio há alguns anos, sinto-me um bebê ao contrário, aos pouquinhos me desintegrando.

Essa sensação me impele a buscar algum ponto de ancoragem, uma espécie de resposta ao questionamento “Quem sou eu?”. Seria essa a função da identidade? Fornecer alguma zona de segurança, uma borda para essa pergunta? Algo que nos faça capazes de sermos reconhecidos no meio social e estabelecer relações com outras pessoas?

Já faz um tempo que me interrogo sobre esses temas pela via do ser LGBTI+. Penso sobre minha história que, apesar de comportar muitas lacunas, parece seguir certa continuidade – ou talvez uma ficção de continuidade que aprendemos a construir, se considerarmos que minha ideia de um eu, de uma interioridade psicológica, pode ser uma crença. Ou que, em uma leitura foucaultiana, faz parte de um processo intensificado no século XX de produção de subjetividades (Rose, 2008).

Independente de ficção ou não, ela está ali, fazendo efeito em mim. E, em minha história tal como a recordo, o ser LGBTI+ comportou muitas ambiguidades. Carregar uma bandeira ora me permitiu abrir possibilidades de existência, de reconhecimento de meus desejos e singularidades, ora me exigiu um novo lugar social com certas prescrições e limites mais ou menos rígidos a depender do contexto. Por esse motivo, me pergunto que função faz a identidade, que importância ela tem, e como podemos preservar essa importância sem enrijecer nossas práticas, nossos amores, nossa vida.

Para nos auxiliar nesta investigação, buscamos percorrer os caminhos pelos quais a noção de identidade interpela alguns modelos de inteligibilidade das relações humanas que, em diversos aspectos, fazem sentido para mim: a psicanálise e a teoria queer. Como ponto de partida, começamos a ler sobre a identi-

dade para a psicanálise. Será que poderíamos conceituá-la dentro desse campo?

Cunha (2000) nos auxilia a constatar que, nos textos freudianos, encontramos muito sobre a noção de identificação e uma preocupação por parte de Freud de conceituá-la no campo psicanalítico. Já a palavra identidade aparece mais em seus usos cotidianos, do senso comum, não havendo o desenvolvimento sistemático de uma teorização sobre ela.

Essas observações vão ao encontro daquilo que eu, a primeira autora deste artigo, escutei de muitos professores ao longo da graduação, algo que pode ser sintetizado pela frase: “a psicanálise não trabalha com o conceito de identidade, mas sim com o de identificação”. O que se pretende afirmar com essa sentença?

Por um lado, essa frase pode aparecer como resposta a uma indagação sobre a posição da psicanálise frente às questões identitárias contemporâneas, como os movimentos sociais pelos direitos da população negra, da população LGBTI+, entre outros. Uma resposta simples, rápida e que desresponsabiliza e exime o campo de pensar sobre esses temas. Uma recusa a participar de certos diálogos.

Por outro, mesmo que se afirme que a psicanálise não trabalha com o conceito de identidade, muitos de seus pensadores se utilizam da teoria psicanalítica para criticar os movimentos identitários. Como criticar um conceito com o qual “não se trabalha”, não se dialoga, ou sobre o qual não há um consenso sobre seu significado?

a identidade que se fala em filosofia não precisa ser a mesma de que trata um antropólogo ou um sociólogo, e mesmo esses talvez não estejam falando a mesma coisa ao discutirem a identidade de um grupo ou de um povo”. Assim, no debate sobre a identidade, interlocuções entre psicanálise e outros campos podem não ser de fato interlocuções quando se ignora que não se está falando da mesma coisa.

Podem ser, ao contrário, reafirmações das próprias teorias.

Ainda, podemos nos indagar se *a psicanálise* não trabalha com a identidade ou se *seus fundadores* não trabalharam com ela. Até que ponto não há uma invisibilização, por parte de renomadas instituições psicanalíticas, de produções teóricas atuais dentro da psicanálise sobre a identidade que não sejam defensivas de um suposto ataque identitário?

Uma simples busca em portais como o de periódicos da CAPES nos aponta algumas delas. Barreiro (2015, p. 157) propõe uma releitura de Lacan que permita pensar a identidade não como algo substancial, “mas uma condição psíquica fluida e transitória, um encadeamento de significantes que produzem sentidos temporários, dado o vazio que marca sua condição na estrutura”.

Já para Braga e Rosa (2018), que escrevem sobre negritude, a potência dos laços sociais proporcionadas por movimentos identitários pode ser explorada sem incorrer na formação de um todo supostamente homogêneo. As autoras sugerem que a constituição do sujeito psíquico, para a psicanálise, requer movimentos de identificação e desidentificação, de pontos nodais que o permitam lidar com a instabilidade inerente à condição humana. Assim, defendem que a manutenção dessa alternância entre identificação e desidentificação é o que possibilita que a singularidade do sujeito possa coexistir com as lutas políticas identitárias que o permitam fazer frente à violência social que o interpela.

Pombo (2018) por sua vez, ao constatar as limitações do dispositivo da diferença sexual construído na abordagem freudo-lacaniana frente às mudanças trazidas pela contemporaneidade, especialmente no que se refere a diversas vivências da sexualidade, apresenta algumas apostas teóricas. Apostas – como as do gozo suplementar, lógica do limiar, vizi-

nhança dos sexos e feminilidade – que permitam “novos possíveis para a diferenciação e a subjetivação dos indivíduos, que valorizam sexualidades, identidades, subjetividades atuais que não se encaixam em categorias binárias”. (Pombo, 2018, p. 563).

Ressaltamos que nosso intuito, aqui, não é encontrar uma resposta ao debate sobre a relevância da identidade para a psicanálise, mas apontar que existem *apostas*, no plural. É sinalizar que a recusa em se ocupar de questões identitárias é uma escolha, e não uma inevitabilidade de quem se propõe a trabalhar com a psicanálise.

## Identidade para a teoria queer

### *O que quer a teoria queer?*

Cabe aqui resgatarmos um pouquinho da história da teoria queer, a fim de compreender o contexto em que se inseriram suas ideias. Esse campo de reflexão surgiu nos anos 90, nos Estados Unidos, como forma de visibilizar o caráter construído das categorias binárias do sexo e do gênero, bem como das identidades, a partir da investigação da cisheteronorma – e não das dissidências, dos restos, dos outros (Bravo, 2015; Gros, 2016). O termo *queer* – que não possui tradução exata na língua portuguesa, mas que comporta um significado próximo de palavras como, estranho, anormal e aberração – era utilizado como xingamento a pessoas homossexuais, tendo sido apropriado e convertido, nos anos 70, em um vocábulo imbuído de resistência e orgulho pelo movimento de liberação gay (Lauretis, 2021; Duque, 2015).

De acordo com Salih (2016, p. 20), a teoria queer “surgiu de uma aliança (às vezes incômoda) de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas que fecundavam e orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito”. Sendo assim, ela faz parte de um panorama mais geral de in-

vestigações oriundas do pós-estruturalismo e de outras “vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação” (Louro, 2001).

O questionamento queer da ideia de identidade surge em um contexto não apenas de luta contra a opressão das sexualidades e modos de existência dissidentes, mas também de defesa contra a homogeneização das vivências homossexuais dentro dos próprios movimentos ativistas (Gros, 2016; Louro, 2001). Nas palavras de Louro (2001, p. 546), “queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora”.

A pressão por assumir essa ou aquela característica que nos legitimaria enquanto LGBTI+ é algo que eu senti ao longo da vida. Penso que ela começou mais ou menos no momento em que comecei a questionar minha sexualidade. Lembro do marcante dia em que, completamente cheia de borboletas no estômago – não, libélulas, que batem as asas com ainda mais desespero – tomei a coragem de abrir o youtube no celular e procurar algo como “filme paixão entre meninas” ou “filme beijo lésbicas” – uma busca que recorro em meio a risadas.

Encolhida debaixo das cobertas, no escuro e fingindo estar dormindo, assisti de fones de ouvido ao primeiro filme completo que apareceu: “Assunto de meninas”. Meu coração acelerou enquanto contemplei cenas demasiadamente picantes entre duas personagens – Tory e Paulie – que estudavam em um colégio só para meninas. Em determinado momento do filme, as personagens foram pegas “no flagra” por algumas colegas. A partir dessa cena, Tory rechaça completamente Paulie, ignorando qualquer tentativa de reconciliação que ela propõe – incluindo declarações públicas de

amor. Levada ao desespero, Paulie se mata, atirando-se do teto do colégio em frente a suas colegas, incluindo aquela a quem amava.

Lembro da sensação que senti ao assistir ao filme, cuja história permaneceu por longos anos na minha cabeça. Um misto de desejo e culpa. Uma felicidade ingrata, pois veio logo acompanhada de tragédia. Meu intuito ao procurar uma obra que retratasse amor entre mulheres era talvez poder me sentir identificada, torcer por algum casal, assistir a um final meloso e clichê, típico dos romances adolescentes heterossexuais que já assistia e dos quais gostava. Não era ficar deprimida e angustiada, pensando nas possíveis consequências desastrosas de assumir uma paixãoite por uma menina.

Ao longo dos anos, fui percebendo que esse era – talvez, espero, não seja mais – um padrão nas obras artísticas que abordavam relações entre mulheres. Tragédia, luto, desespero, loucura. A constatação de que filmes sâficos sempre acabavam com uma das personagens morrendo, sendo internada ou “virando” heterossexual inclusive virou piada frequente nas redes sociais, indicando uma experiência usual entre meninas que buscavam referências ficcionais de amores dissidentes.

Esse padrão artístico também diz de um modelo narrativo de vivências sâficas: a narrativa do sofrimento inerente à experiência de desejar outras mulheres. Imagino que esse seja um dos motivos pelos quais senti e ainda sinto dificuldade em me sentir pertencente à sigla LGBTI+.

Explicarei melhor. Namorar um homem cis contém, inegavelmente, uma série de vantagens, como poder dar as mãos em público, apresentar o namorado para os pais sem complicações, entre outras. Essas vantagens minimizam experiências de violência e preconceito. Entretanto, não apagam a bissexualidade. Frequentemente tive minha sexualidade ques-

tionada por conta do meu relacionamento. Ou, por outro lado, meu relacionamento questionado por conta da minha sexualidade. Ora vista como hétero, ora como alguém que não quer ou não tem coragem de se assumir lésbica.

Essas são noções combatidas por teóricas(os) queer, através do questionamento de nossa visão da identidade enquanto categoria fixa. Visão essa que a coloca como algo que *somos* de maneira imutável ao longo da vida, e que circunscreve ao redor de cada uma das letras da sigla LGBTI+ uma série de códigos de conduta.

Em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, Judith Butler faz esse movimento de reflexão a partir da investigação da categoria de gênero e sua ontologia, de modo a afirmar todas as identidades genericadas como instáveis, transitivas, mutáveis (SALIH, 2016) – mesmo quando estamos falando, por exemplo, de um homem cisgênero e heterossexual que nunca questionou seu próprio gênero ou sexualidade.

Inspirando-se em Foucault, Butler busca pesquisar as condições de emergência do gênero, da identidade e do sujeito<sup>3</sup> dentro da linguagem e do discurso (Salih, 2016). Assim como eu, talvez você já tenha pensado em si mesma como *sendo* alguém com características internas bem definidas e com uma história e trajetória mais ou menos contínua, como um Eu propriamente dito. E é bem possível que, embora você já tenha se perguntado “Quem sou eu?”, essa pergunta tenha surgido na intenção de maior autoconhecimento, de entender e conhecer melhor a si mesma, porém dificilmente no sentido de questionar a própria ideia de um Eu – aquilo que estabelecerá uma continuidade e coerência nas características internas da pessoa (Butler, 2013).

<sup>3</sup> O sujeito que aqui me refiro é o sujeito para Butler em *Problemas de gênero*, o qual nem sempre equivale ao sujeito psicanalítico

Parece contraditório falar de interrogar-se sobre a existência de um Eu quando, a todos os momentos dessa investigação, *eu* estou falando de mim no texto, das minhas experiências e sentimentos. Aqui, transformo essa contradição em motor de pesquisa.

Ao reler alguns textos, entretanto, fui tendo outra compreensão de Problemas de gênero. Acredito que Butler não esteja falando que o eu não existe ou não faz efeito em nossa vida, mas que sua existência e influência não está dada desde sempre; ao contrário, foi construída e reiterada. Suas críticas são direcionadas ao conceito de identidade *do qual nos utilizamos social e cotidianamente*, ou seja, enquanto fixa e estável. Portanto, poderíamos, a partir de suas ideias e das de outras(os) pensadoras(os) queer<sup>4</sup>, sustentar não um abandono da identidade, mas uma outra visão dela – dessa vez, como algo transitivo, inconstante. A identidade é bastante interessante em termos de lutas políticas, de exigências de políticas públicas, de pautas comuns, desde que não seja sempre suposta como rígida e padronizada. Para tanto, porém, é essencial compreender a maneira como nossa ideia usual de sujeito e de identidade – principalmente em termos de identidade de gênero – é construída.

### *Performatividade: entre o ser e o fazer*

Para Butler (2013, p. 38), “a coerência e a continuidade da pessoa não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas”. Essa coerência e continuidade atribuídas comumente à identidade pessoal de cada um seriam garantidas por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade.

4 Apesar de Butler ter afirmado em entrevistas que não necessariamente se vê como uma pensadora queer, pois isso também implicaria em ser classificada dentro de uma categoria generalizável

Aprendemos, ao longo da nossa vida, que esses elementos geralmente fazem parte da nossa identidade pessoal. Quando criança, me foi transmitido, tanto de forma implícita como explícita, que eu era do sexo feminino, que eu era menina e que gostava de meninos. Que essas são coisas que fazem inerentemente parte daquilo que *sou*. No meu aniversário de 15 anos, por exemplo, ganhei de uma prima um livro intitulado *Coisas que toda garota deve saber*.

O título da obra, em conjunto com a afirmação contida na dedicatória escrita por minha prima, “Que este livro seja tão *útil* quanto foi para mim quando tinha a sua idade”, demonstra a transmissão geracional de ensinamentos sobre o que é ser uma garota e o que devemos saber e fazer para atingir este feito. O livro contém 8 capítulos, denominados, respectivamente, de “Saudável e feliz”, “Menstruação sem problemas”, “Pele de pêssego”, “Cabelo de modelo”, “Seu maravilhoso corpo”, “O mundo da maquiagem”, “Faça Estilo - Roupas” e “Um botão de rosa - tímida de matar”.

Ao longo da leitura, observamos um colamento e uma suposição de continuidade das categorias de sexo, gênero e sexualidade. Isso porque a presença do gênero na ideia de *ser garota* é constantemente ligada a características biológicas atribuídas ao sexo feminino, como *menstruação e crescimento dos seios*, bem como associada a *gostar de meninos*, uma vez que o último capítulo contém subcapítulos como “Falando com os meninos”. Em nenhum momento do texto, essa suposta coerência entre gênero, sexo e sexualidade, que faria parte da identidade pessoal das garotas, é colocada em questão. É como se ela fosse natural e sempre estivesse ali, constituindo o nosso ser. Dessa forma, socialmente, só são vistas como pessoas aqueles e aquelas que incorporam e vivem de acordo com essa “coerência”.

Esses ensinamentos das regras para ser uma pessoa dentro da sociedade generificada

são repassados não apenas por livros, mas por falas, símbolos, propagandas e outras formas de linguagem. Na infância, o comportamento das crianças é constantemente corrigido caso desvie desse padrão: um menino que use maquiagem, uma menina que sente de pernas abertas, meninas que demonstrem interesse romântico por meninas, crianças cujo gênero não esteja “de acordo” com o sexo atribuído ao nascimento, dentre outros exemplos clássicos.

Assim, Butler irá afirmar que o gênero não é algo que somos, mas que fazemos (Salih, 2016). Nesse sentido, ele é *performativo*:

[...] o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (Butler, 2013, p. 200).

Esse caráter performativo está presente, então, nas noções de sujeito, identidade e gênero (Salih, 2016), mas é estrategicamente ocultado pela ideia de uma identidade permanente e pré-existente que, no fim das contas, é uma ficção reguladora (Butler, 2013).

A noção de performatividade é frequentemente foco de debates acalorados dentro de diversos campos de saber, muitas vezes originados pela confusão entre performance e performatividade. Salih (2016) preocupa-se em fazer essa distinção de forma detalhada, destacando que, enquanto performance indicaria algo semelhante a uma encenação ou representação teatral por um ator que escolhe seu papel, o conceito de performatividade não pressupõe a existência de um sujeito por trás de seus atos.

Não é que eu, primeira autora, escolho conscientemente representar uma mulher e,

a partir dessa escolha, passo a agir da forma como acredito que uma mulher deveria agir de acordo com as normas sociais. Quando ganhei o livro *Coisas que toda garota deveria saber*, não tive em momento algum a consciência de que estava escolhendo e aprendendo a representar uma garota. Na minha cabeça, eu sempre fui uma garota – ou menina –, de maneira que o livro me ajudaria a expressar melhor minha identidade interior e pré-existente de menina. No entanto, essa identidade interior é uma crença, um efeito – e não causa – da cristalização de normas compulsórias. A autora, na infância, acredita ser *ela*, uma crença regulada por punições. Eu acredito, pois tenho que acreditar, de outro modo serei punida.

Assim, para Butler, o gênero está no nível da performatividade – um processo sem origem, nem fim – e não da expressão ou revelação de uma identidade desde sempre presente e natural. Poderíamos dizer, em outras palavras, que sujeito, identidade e gênero vão se construindo reiteradamente por atos estilizados *corporalmente*, sem que haja uma essência no interior de nossos corpos. O gênero é, então, “uma norma que nunca pode ser completamente internalizada: o interno é uma significação da superfície, e as normas de gênero são afinal fantasísticas, impossíveis de incorporar” (Butler, 2013, p. 200).

Ainda, como explica Salih (2016, p. 65), “Isso não significa que não há sujeito, mas que o sujeito não está exatamente onde esperaríamos encontrá-lo, isto é, ‘atrás’ ou ‘antes’ de seus feitos”. Esse ponto é fundamental e ligado diretamente aos questionamentos traçados pelo meu tatuador na introdução desta investigação. A constatação de que, para muitas pessoas LGBTI+, suas identidades importam e fazem parte de suas histórias vai, afinal, de encontro com proposições da teoria queer?

## *Sobre as condições para ser reconhecido(a/e) como sujeito*

Minhas primeiras incursões pelo pensamento butleriano geraram uma verdadeira perturbação em minhas crenças. Naquele momento, paralelamente a uma experiência de estágio em um centro de atendimento à população LGBTI+, eu estava começando a questionar, de diversas formas, minha própria identidade. Assim, estava concomitantemente lendo, escutando e interrogando-me sobre o gênero.

A experiência nesse estágio permitiu que, com o tempo, eu fosse percebendo a diversidade de narrativas das pessoas que frequentavam o serviço. Havia aquelas mais contrárias a classificações, criticando a necessidade de enquadrar-se em “caixinhas”; aquelas que reforçavam suas identidades como parte de lutas políticas; aquelas para quem as identidades eram algo a ser conquistado mediante determinados comportamentos ou características biológicas, entre outras. A enorme multiplicidade de posicionamentos frente à questão identitária aguçava minha própria confusão interna.

Por vezes, chegava em casa buscando relaxar. Entretanto, ao escolher uma série para assistir ou um drama despretensioso para ler, acabava me deparando com semelhantes reflexões ao observar as histórias das personagens, a construção das problemáticas nos discursos. Não adianta, o gênero estava por todo lugar. Era algo que, após ter passado despercebido por muitos anos, quando finalmente notado, não poderia mais ser ignorado – o que é justamente a proposta queer: causar perturbação, derivando-se daí o nome *Gender Trouble* dado à obra de Butler (Salih, 2016).

Inicialmente, compreendi tal obra como uma defesa do abandono da identidade, a qual seria uma ficção reducionista e generalista que apagaria a singularidade de cada um. No

entanto, após releituras e leituras de análise do texto, tive uma outra compreensão, centrada na questão da *inteligibilidade* dos sujeitos e identidades, e não mais na identidade *per se* em termos de sua existência e importância. Em outras palavras, não se trata de debater a existência ou não da identidade, pois em uma perspectiva butleriana o real e o factual são em si construções fantasísticas, sendo sempre situados socialmente.

Para Butler (2013, p. 195), “...os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável”. Da mesma forma, “não há ontologia do gênero sobre a qual possamos construir uma política, pois as ontologias do gênero sempre operam no interior de contextos políticos estabelecidos como injunções normativas” (Butler, 2013, p. 213), os quais determinam as identidades, os gêneros, os sexos que serão inteligíveis e aqueles que não o serão.

Só podemos ser reconhecidos como sujeitos, só nos tornamos pessoas inteligíveis, se nosso gênero estiver nos padrões reconhecíveis de inteligibilidade (Butler, 2013). Isso porque, como afirmado anteriormente, a ideia de um sujeito que possui uma interioridade singular que se mantém ao longo do tempo é sustentada por conceitos estabilizadores como o sexo, o gênero e a sexualidade, os quais teriam uma suposta coerência entre si. Gêneros inteligíveis são, no pensamento *butleriano*, aqueles que reafirmam essa coerência.

Nesse sentido, corpos que fogem à norma cisheterossexual, por um lado, não são inteligíveis e não constituem sujeitos. São falhas. Por outro, eles garantem a existência da norma, por sua relação de oposição com a mesma, ao mesmo tempo em que oferecem possibilidades de subversão, pois, “Se tanto o gênero quanto o sexo são ‘encenações’, e não simples dados, então será possível encená-los de ma-

neiras inesperadas e potencialmente subversivas” (Salih, 2016, p. 82). A lei reprime e produz simultaneamente.

Produz o padrão e a diferença ao mesmo tempo. Só existe o são porque existe o louco e só há o normal porque há patológico ou anormal. Trata-se de oposições binárias que fogem ao campo do gênero e atravessam também o campo da raça, do capacitismo, do classicismo, entre outros. São oposições que dizem da lógica moderno-colonial de pensamento, que situa a subjetividade na relação de oposição entre o Eu e o Outro.

A bióloga Anne Fausto-Sterling, (2002) localiza a díade sexo/gênero dentro do quadro geral dos modos ocidentais de entender o mundo, os quais, segundo a autora, “dependem em grande parte do uso de dualismos – pares de conceitos, objetos ou sistemas de crenças opostos” (Fausto-Sterling, 2002, p. 60). Para ela, o surgimento das ideias de raça e gênero está ligado a suposições biológicas, de modo que essas formas de opressão nos ajudam a entender a maneira como o social se torna corporificado.

Podemos considerar que a performatividade é, também, um conceito que nos ajuda a entender os processos de corporificação do gênero, da identidade e do eu. Processos esses regulados pela matriz heterossexual, que é, para Butler (2013, p. 215-216), o termo que designa “[...] a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados [...]”.

Quando a matriz heterossexual falha, o produto dessa falha – as dissidências, as vivências LGBTI+ – denuncia o caráter instável de todas as identidades, sejam elas normativas ou não. Por esse motivo, Butler localiza as possibilidades de subversão de gênero no interior da lei (SALIH, 2016). Como exemplo, ela fala das performances drag: “Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do

próprio gênero”, revelando que o gênero normal ou original “é uma cópia, e, pior, uma cópia inevitavelmente falha, um ideal que ninguém pode incorporar” (Butler, 2013, p. 196-198).

A constatação de que as possibilidades de subversão se dão no interior da lei, e não fora dela, permitem também compreendermos que a teoria queer não propõe o abandono da noção de identidade – o que estaria fora da lei – mas a sua desestabilização.

Portanto, quando falamos de identidade sob a ótica queer, estamos falando: a) de algo que não é nem verdadeiro, nem falso, mas *efeito* de um discurso que se supõe verdade; b) que esse efeito de verdade é sustentado pela suposta coerência e continuidade de conceitos estabilizadores como o sexo, o gênero e a sexualidade; c) que essa aparência de coerência é cristalizada pela repetição de atos corporais estilizados, a que se chama *performatividade*; d) que aqueles que não performam seu gênero de acordo com a matriz heterossexual não são reconhecidos como sujeitos; e e) que esses não-sujeitos, dissidências, falhas, “monstros”, tanto garantem a cisheteronormalidade quanto oferecem as condições para questioná-la.

## A título de inconclusão: sobre a potência da perturbação

Ao retomar o problema desta pesquisa – os caminhos pelos quais as teorias queer e psicanalítica colocam em movimento o debate sobre a noção de identidade – podemos perceber, ao longo desta reflexão, que há uma ampla diversidade de trajetos possíveis. Alguns desses trajetos se entrecruzam, de modo que podemos nos arriscar em traçar pontes, diálogos, articulações entre ambas as teorias no que se refere à identidade.

Paul B. Preciado (2022), em “Eu sou o monstro que vos fala”, aponta para as violências produzidas por conceitos, instituições e mo-

dos de clinicar psicanalíticos que auxiliam a perpetuar normas de gênero, sexo e raça. O autor convida a psicanálise para uma transição epistêmica, uma mutação:

Hoje, para vocês psicanalistas, é mais importante ouvir as vozes dos corpos excluídos pelo regime patriarco-colonial do que reler Freud e Lacan. Não buscar mais refúgio com os pais da psicanálise. [...] Chegou a hora de levar os divãs para as praças e coletivizar a fala, politizar os corpos, desbinarizar a sexualidade e descolonizar o inconsciente. (Preciado, 2022, p. 328).

Desbinarização essa que só é possível em interlocução com outros saberes, em especial aqueles produzidos por corpos que não se encaixam na narrativa cisheteronormativa.

Nesse sentido, um interessante caminho comum entre teoria queer e psicanálise se situa no campo dos estudos da linguagem – mais especificamente, da teoria dos atos de fala de J. L. Austin. A ideia central de Austin (1990/1962) é de que as palavras, mais do que representar ou descreverem, produzem coisas. Austin chama de enunciados performativos aqueles que funcionam como ações. Estes enunciados são, então, atos de fala: “afirmações que, levadas em consideração as convenções que regulam a linguagem e o social e a intenção do falante, funcionam como atos” (Oliveira, 2012).

De acordo com Gurgel (2022), o autor confere aos atos de fala três dimensões articuladas entre si e que também são atos: locutória, ilocutória e perlocutória. A locutória refere-se ao próprio ato linguístico de proferir uma sentença. A ilocutória, por sua vez, seria a força performativa da sentença, ou seja, o *dizer* que simultaneamente *faz*. Um exemplo clássico é a frase “Eu vos declaro marido e mulher” que, quando proferida em determinado contexto, realiza uma ação: casa duas pessoas. Já a perlocutória seriam as consequências, os resultados do dizer. Quando chamo uma pessoa de feia, posso estar magoando-a, de modo

que não só realizo o ato de *dizer* “Você é feia”, como também o de *magoar* alguém. As ações perlocutórias são indiretas e se realizam *pelo* do dizer (Gurgel, 2022).

Podemos supor, então, que a realização de atos pela fala é complexa e nem sempre tão explícita, mas é forte. Diversos textos abordam essa força articulando minuciosamente a teoria de Austin e a psicanalítica<sup>5</sup>, seja pela via freudiana (Oliveira, 2004; Oliveira 2012), seja pela lacaniana (Felman, 1980; Forrester, 1990; Rudge, 1998); alguns inclusive associando Butler, Austin e Lacan no que se refere a performatividade e identidade (Krinski, 2020; SALIH, 2016).

Pensando em termos gerais, no setting analítico, a transferência permite com que a linguagem não seja apenas instrumento para descobrir sentidos ocultos, mas produza, ela mesma, sentidos:

A linguagem assume assim seu valor de ato e as interpretações do analista, bem como as associações do analisando, se configuram como atos de fala no sentido proposto por Austin. Os atos de fala que se produzem na relação analítica podem ser vistos como um uso “terapêutico” da linguagem, que não se referem à verdade de um discurso, mas à produção de um sentido. (Oliveira, 2004, p. 42).

Assim, a linguagem, no contexto da análise, passa de descritiva a performativa.

Ainda, mesmo os processos de alienação e separação, que ocorrem tanto no setting analítico quanto no momento de constituição do sujeito, são processos que se dão pela linguagem. O bebê, antes de falar em voz própria, é falado. Os cuidadores, ao falar *do* e *para* o bebê, produzem como efeito o ato de constituí-lo. Também, o infante, ao falar, evoca a resposta do Outro, que dá sentido a essa fala (Riaviz, 1998).

5 Há também aqueles que propõem diálogos entre a teoria de Austin e a queer (Arbo, 2021; Pinto, 2009)

Dessa forma, o *dizer* constitui o sujeito, constatação que, associada às ideias de Butler, permite pensar tanto a linguagem quanto o gênero enquanto performativos. Ao pensar em minha história pessoal, localizo o ser mulher como um efeito de linguagem sobre o corpo, na medida em que a ideia de uma “essência feminina” me era transmitida por afirmações, ordens, interrogações que acabavam por construir não apenas minha imagem de mim mesma, como também meus comportamentos, gestos, atos.

Em determinada ocasião, tamanha foi a força de uma sentença a mim proferida que esta alterou quase de maneira imediata algumas de minhas condutas. Mais ou menos aos 13 anos, uma amiga me confessou que sua mãe havia a orientado a não se trocar na minha frente, pois eu “parecia” ser lésbica. Essa fala, além de me chocar, produziu uma série de reflexões internas. Passei a me perguntar quais indícios eu teria dado de gostar de meninas, uma vez que nunca havia falado de interesses românticos por minhas colegas nem nada parecido.

Será que eu tinha “jeitos masculinos”? Era porque corria demais ou falava demais? Será que ter morado desde os 8 anos apenas com meu pai me fez menos feminina, apesar de visitar minha mãe com frequência? Seria a falta do uso de maquiagem ou escova de cabelo? Interroguei-me, também, o porquê de a mãe da minha amiga estar preocupada com a filha trocando de roupa no mesmo ambiente que eu. Será que ela achava que eu iria atacá-la? O que estava por trás desse receio materno?

Comecei, então, a vigiar meus comportamentos, a fim de mapear origem de minha “aparência lésbica” a assim alterá-la – movimento que associo com as ações perlocutórias de Austin. Com o tempo e mediante o acesso a outras referências de vida, essa suposta aparência não mais me desassossegou, mas o episódio permaneceu em minha memória. Hoje,

leio-o como exemplo do quanto as palavras impulsionam atos, alteram corpos.

Não apenas as palavras cotidianas geram atos, como também aquelas situadas no corpo de uma teoria. Nas palavras de Favero (2022, p. 12), “os jogos de nomeação operam linhas de poder na medida em que produzem ação concreta no mundo. Fabricam sujeitos, instituições e ainda produzem modos de se relacionar”. Daí a importância de reconhecer esse caráter performativo das máquinas teóricas, a fim de desconstruir a ilusão de verdade que elas produzem e, conseqüentemente, a violência e opressão que desencadeiam contra aquelas(es) que não são consideradas(os) por elas como sujeitos inteligíveis.

A performatividade em Austin e Butler é, então, um dos caminhos possíveis de articular esforços de psicanalistas e teóricos queer na tentativa de, como propõe Preciado, “aprender juntos para curar nossas feridas, abandonar as técnicas de violência e inventar uma nova política de reprodução da vida em escala planetária” (Preciado, 2022, p. 330).

Psicanálise e teoria queer oferecem caminhos para, no lugar de abandonar a noção identidade, transmutá-la, desfigurá-la, estranhá-la, *queerizá-la*, propondo uma perspectiva que não a considere enquanto fixa e imutável, mas enquanto múltipla, transitória, irreverente. Que possamos, como propõe a escritora e psicanalista Neusa Santos Souza (1998), acolher o efêmero e a transitoriedade de todas as coisas, aliando-se com a afirmação do plural. Que possamos perturbar-nos a nós mesmas(os/es).

## Referências

ARBO, Jade Bueno. Performance e performatividade: aproximações entre Judith Butler e J. L. Austin. **PROLÍNGUA**, v. 16, n. 2, p. 256–266, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/58805>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRAVO, Juliana. Do “Eu” ao “Outro”: a estilização do corpo queer. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 3, p. 104-130, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14258>. Acesso em: 14 set. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DUQUE, Tiago. “Bichas podres”: política identitária e categoria acusatória. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, p. 227-243, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12890>. Acesso em: 14 set. 2023.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, p. 9-79, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Lc9fctDNd8ZxKnkvRjtjwDH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2023.

FAVERO, Sofia. **Psicologia suja**. Salvador: Devires, 2022.

FELMAN, Shoshana. **O escândalo do corpo falante: Don Juan com Austin, ou a sedução em duas línguas**. 1. ed. Campinas: UNICAMP, 1980.

FORRESTER, John. **Seduções da psicanálise: Freud, Lacan e Derrida**. [s.l.]: Papyrus, 1990.

GROS, Alexis Emanuel. Judith Butler y Beatriz Preciado: una comparación de dos modelos teóricos de la construcción de la identidad de género en la teoría queer. **Civilizar. Ciencias Sociales y Humanas**, v. 16, n. 30, p. 245-260, 2016. Disponível em: <https://revistas.usergioarboleda.edu.co/index.php/ccsh/article/view/547>. Acesso em: 10 set. 2023.

GURGEL, Veronica. Linguística e produção de subjetividade: relações esboçadas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 34, p. e5771, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/v4cQ3Y5s4tT8R-trjStGnmsC/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

KRINSKI, Sthefan dos Santos. **A performatividade na psicanálise e suas implicações para o conceito de identidade**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

LAURETIS, Teresa de; SILVA, Gabriel Bosco Vaz da; SOUZA, Leonardo Lemos de. Gênero e teoria Queer. **Albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12446>. Acesso em: 14 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BX-vLXvTvHMr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

OLIVEIRA, Claudio Eduardo Moura. **Atos de fala, atos falhos: uma aproximação entre as teorias linguísticas de Austin e de Wittgenstein e a psicanálise de Freud e Lacan**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Luciana Alvarez de. **Os atos de fala na clínica psicanalítica**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução: Sara Wagner York. **Cadernos PET Filosofia**, v. 22, n. 1, p. 278-331, 2022.

PINTO, Joana Plaza. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 117-138, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/KDXWrqJtZVXr7dT8mp7N7Xr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

RIAVIZ, Vanessa Nahas. **Alienação e separação: a dupla causação do sujeito**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ROCHA, Késia Dos Anjos; DIAS, Alfrancio Ferreira. Narrativas literárias desbocadas: Inspirações para (des)fazer educativos e metodologias queer. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. e022138, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17200>. Acesso em: 6 ago. 2023.

RUDGE, Ana Maria. **Pulsão e Linguagem**: Esboço de uma concepção psicanalítica do ato. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SOUZA, Eloisio Moulin de. A Teoria *Queer* e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre

Identidade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, p. 308–326, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/NprSqjnqvb7F9WCtzY-g9yMn/>. Acesso em: 18 set. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. O estrangeiro: nossa condição. In: KOLTAI, C. (Org.) **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998. p. 48-62.

Recebido em: 30/03/2024

Revisado em: 03/12/2024

Aprovado em: 07/12/2024

Publicado em: 19/12/2024

**Isabela Vacaro** é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Residente especializanda em Saúde Mental pelo Grupo Hospitalar Conceição. Membro do Grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos em Psicanálise, Literatura e Política (LEPLIP). *E-mail*: [bela.vacaro@gmail.com](mailto:bela.vacaro@gmail.com).

**Sandra Djamboladjian Torossian** é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG em Psicanálise: Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da mesma Universidade. Membro do Grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos em Psicanálise, Literatura e Política (LEPLIP). *E-mail*: [djambo.sandra@gmail.com](mailto:djambo.sandra@gmail.com)

**Daniel Boianovsky Kveller** é Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (Porto Alegre, RS, Br). Professor Adjunto do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia da mesma Universidade. Membro do Grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos em Psicanálise, Literatura e Política (LEPLIP). *E-mail*: [daniel.kveller@ufrgs.br](mailto:daniel.kveller@ufrgs.br)